

ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT E SERVIÇOS
DE SUPORTE PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ADP**

(2023_020CP)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

SETEMBRO de 2023

ÍNDICE

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Artigo 1.º Objeto	3
Artigo 2.º Entidades adjudicantes.....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Plataforma eletrónica	3
Artigo 5.º Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento.....	4
Artigo 6.º Documentos que constituem as propostas	4
Artigo 7.º Apresentação de propostas variantes	5
Artigo 8.º Prazo para apresentação das propostas	5
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas	5
Artigo 10.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta	6
Artigo 11.º Negociação	6
Artigo 12.º Critério de adjudicação e de desempate.....	6
Artigo 13.º Documentos de habilitação.....	7
Artigo 14.º Caução	9
Artigo 15.º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário.....	10
Artigo 16.º Celebração do contrato	10
Artigo 17.º Dados pessoais.....	10
Artigo 18.º Legislação aplicável	11
ANEXO I Entidades adjudicantes	12
ANEXO II Documento Europeu Único de Contratação Pública	14
ANEXO III Proposta de Preço e Preços Unitários	16
ANEXO IV Declaração de compromisso da Microsoft.....	18
ANEXO V Modelo de declaração do adjudicatário.....	19
ANEXO VI Declaração de Responsabilidade Social	20
ANEXO VII Minuta de Modelos de Guia de Depósito Bancário/ de Garantia Bancária / de Seguro-Caução....	22

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente concurso tem por objeto principal a subscrição de licenças Microsoft e serviços de suporte pelas entidades adjudicantes identificadas no **ANEXO I** ao presente Programa do Procedimento, que dele faz parte integrante, e o respetivo adjudicatário, de acordo com os artigos previstos no **ANEXO I** do Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Entidades adjudicantes

O presente procedimento é promovido por um agrupamento de entidades adjudicantes formado nos termos da alínea *a*) do n.º I do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o qual é composto pelas empresas constantes do **ANEXO I** ao Programa do Procedimento, que integram o Grupo Águas de Portugal.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar de cada uma das entidades adjudicantes referidas no artigo anterior foi tomada pelos respetivos órgãos competentes.
2. O representante do agrupamento que conduzirá o presente concurso público é a **AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.**, adiante designada por **AdP SGPS**, na qual as entidades adjudicantes identificadas no artigo 2.º delegaram os poderes para agir em seu nome na abertura e condução do presente concurso público, bem como para a execução de todos os atos procedimentais necessários à sua conclusão.

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública Acingov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia 09/10/2023.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia 19/10/2023.
3. A Comissão Executiva da **AdP SGPS** pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia 19/10/2023.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, preenchido de acordo com as instruções constantes no **ANEXO II** ao Programa do Procedimento
 - b) Proposta de Preço bem como lista de preços unitários, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO III** ao Programa do Procedimento;
 - c) Declaração de compromisso elaborada de acordo com a minuta constante no **ANEXO IV** ao presente Programa do Procedimento;
 - d) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor.
 - e) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

2. O preço da proposta deve ser expresso em euros, **com duas casas decimais** e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. Os preços unitários propostos devem ser expressos em euros, **com duas casas decimais** e não incluem o IVA.
4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
5. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
6. Com exceção dos documentos previstos nas alíneas a), b) e d) do n.º I, os demais documentos referidos no n.º I podem ser redigidos em língua inglesa, castelhana ou francesa.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00** do dia **30/10/2023**.

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

- I. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.

2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

É de 66 (sessenta e seis) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 11.º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação e de desempate

- I. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinado pela avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço mais

baixo, aferido em função do valor indicado pelos concorrentes para o período de um ano de execução do contrato, nos termos do Anexo III ao presente Programa do Procedimento.

2. Em caso de empate, será utilizado como critério de desempate as seguintes ordenações:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço unitário do item: SKU: **AAD-33204** Descrição: M365 E3 + M365E5Security ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.
 - b) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço unitário do item: SKU: **AAD-33168** Descrição: M365 E5 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr.
3. Caso persista o empate após aplicação dos critérios definidos nos números anteriores o desempate é efetuado por sorteio de entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - a. O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas, com uma antecedência mínima de dois dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - b. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - c. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - d. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º supra:
 - a) Declaração de habilitação elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO V** ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d), do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros.
 3. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
 5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a **5 (cinco)** dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
 7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;

- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma **Declaração de Responsabilidade Social** elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VI** ao presente programa, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

Artigo 14.º

Caução

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 0,5% do preço base global definido no Caderno de Encargos.
2. A caução deve ser prestada:
- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da **AdP SGPS**, nos termos do modelo constante do anexo **ANEXO VII** ao presente programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes **ANEXO VII** ao presente programa de procedimento.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 15.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

Celebração do contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 17.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pelas entidades adjudicantes, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. As entidades adjudicantes garantem que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. As entidades adjudicantes garantem igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo@adp.pt ou da morada Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

Artigo 18.º

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXO I

Entidades adjudicantes

(a que se refere o artigo 1.º do Programa do Procedimento)

Entidade do Grupo AdP	Sede	NIPC
AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A.	Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa	505 306 182
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa	505 296 950
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa	503 093 742
AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa	505 253 267
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Travessa da Rua da Paz, n.º 4, 3800-587 Cacia	509 107 630
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Rua Dr. Aresta Branco, n.º 51, 7800-310 Beja	509 133 843
Águas de Santo André, S.A.	Cerca da Água, Rua dos Cravos, 7500-130 Vila Nova de Santo André	505 600 005
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Edifício Scala, Rua de Vilar, n.º 235, 5.º andar, 4050-626 Porto	514 310 774
SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.	ETAR Gaia Litoral, Rua Alto dos Chaquedas, n.º 805, 4400-356 Vila Nova de Gaia	514 310 103
Águas do Algarve, S.A.	Rua do Repouso, n.º 10, 8000- 302 Faro	505 176 300
Águas do Centro Litoral, S.A.	Estação de Tratamento de Água da Boavista, Avenida Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra	513 606 181

Entidade do Grupo AdP	Sede	NIPC
Águas do Norte, S.A.	Rua Dom Pedro de Castro, n.º 1A, 5000-669 Vila Real	513 606 084
Águas do Tejo Atlântico, S. A.	Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcântara, Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa	514 387 130
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S. A.	Estação de Tratamento de Águas Residuais da Quinta do Conde, Estrada Nacional 10, 2975-403 Quinta do Conde	514 385 901
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Avenida da Liberdade, n.º 24, 1250-144 Lisboa	500 906 840
A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.	Rua Frei Bartolomeu Mártires, n.º 156, 4900-364 Viana do Castelo	515 486 159

ANEXO II

Documento Europeu Único de Contratação Pública

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º do Programa do Procedimento)

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 na área específica do Portal BASE GOV, em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>.

As Partes I, II e III e VI são de preenchimento obrigatório por parte dos concorrentes.

Os concorrentes devem preencher as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

O DEUCP deve ser assinado eletronicamente pelo operador económico ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Na parte I do formulário-tipo, o concorrente deve indicar, em conformidade com o ecrã abaixo:

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Referência do anúncio relevante publicado no jornal oficial da União Europeia:

Número do anúncio no índice do JO:

URL do JO

Jornal Oficial Nacional

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

- o número da publicação no Jornal Oficial da União Europeia, com a seguinte estrutura **2021/S 172-448578** (cfr exemplo abaixo: 2021/S 172-448578);

JO/S 172
06/09/2021
448578-2021-PT

1 / 12

O presente anúncio no sítio web do TED: <https://ted.europa.eu/udf?uri=TED:NOTICE:448578-2021:TEXT:PT:HTML>

Portugal-Lisboa: Produtos de plástico
2021/S 172-448578

Anúncio de concurso

O anúncio publicado no JOUE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

- o número do Jornal Oficial Nacional, corresponde ao número do procedimento publicado no Diário da República Eletrónico, com a seguinte nomenclatura []/[]/2021, cfr exemplo abaixo:

PARTE L — CONTRATOS PÚBLICOS

ADP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S. A.

Anúncio de procedimento n.º 11394/2021

O anúncio publicado no DRE encontra-se disponibilizado na plataforma eletrónica, na área do procedimento.

ANEXO III

Proposta de Preço e Preços Unitários

(a que se refere a alínea b) do n.º I do artigo 6.º do Programa do Procedimento)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público internacional para a celebração de contrato de **SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL (2023_020CP)**, a que se referem os anúncios datados de [•] [data de publicação dos anúncios em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia], declara que se obriga a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelos seguintes preços unitários:

P/Number	Descrição	BASE	Quantidade	Preço Máximo Unitário	Preço unitário proposto	Valor Anual
Perfil I						
AAD-33204	M365 E3 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	3628	27,75 €		- €
AAD-33168	M365 E5 Unified ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	207	44,18 €		- €
Perfil device						
76A-00007	EntCAL ALNG LicSAPk MVL Pltfrm DvcCAL wSrvcs	Anual	55	121,71 €		- €
269-12445	OfficeProPlus ALNG LicSAPk MVL Pltfrm	Anual	55	158,99 €		- €
KV3-00356	WINENTperDVC ALNG UpgrdSAPk MVL Pltfrm	Anual	55	185,33 €		- €
Perfil device/VDI						
76A-00007	EntCAL ALNG LicSAPk MVL Pltfrm DvcCAL wSrvcs	Anual	97	121,71 €		- €
269-12445	OfficeProPlus ALNG LicSAPk MVL Pltfrm	Anual	75	158,99 €		- €
4ZF-00033	WINVDAperDvc ALNG SubsVL MVL Pltfrm PerDvc	Mensal	97	9,12 €		- €
Additional Products						
JFX-00003	M365F3FullUSL ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	385	5,40 €		- €
TRA-00047	ExchgOnlnPlan1 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	52	2,85 €		- €
6VC-02567	WinRmtDsktpSrvcsCAL ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	106	3,46 €		- €
N9U-00002	VisioPlan2 ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	72	10,40 €		- €
D87-01057	VisioPro ALNG LicSAPk MVL	Anual	53	220,18 €		- €
7LS-00002	Project Plan3 Shared All Lng Subs VL MVL Per User	Mensal	67	20,79 €		- €
H30-00237	PrjctPro ALNG LicSAPk MVL w1PrjctSvrCAL	Anual	3	427,33 €		- €
77D-00110	VSPProSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	Anual	4	358,24 €		- €
MX3-00115	VSEntSubMSDN ALNG LicSAPk MVL	Anual	5	2 045,35 €		- €
9EA-00039	WinSvrDCCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	Anual	126	251,96 €		- €
9EM-00562	WinSvrSTDCore ALNG LicSAPk MVL 2Lic CoreLic	Anual	180	44,57 €		- €
H04-00232	SharePointSvr ALNG LicSAPk MVL	Anual	9	2 437,56 €		- €
395-02412	ExchgSvrEnt ALNG LicSAPk MVL	Anual	3	1 452,74 €		- €
312-02177	ExchgSvrStd ALNG LicSAPk MVL	Anual	4	254,21 €		- €
NK4-00002	PwrBIPro ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	102	6,94 €		- €
PEJ-00002	M365E5Security ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	3628	8,26 €		- €
PEP-00002	M365E5Compliance ShrdSvr ALNG SubsVL MVL PerUsr	Mensal	1100	8,36 €		- €
8RQ-00005	M365 F5 Security Sub Add-on	Mensal	340	7,10 €		- €
V9B-00001	Teams Rooms Pro Sub Per Device	Mensal	1	27,51 €		- €
LK6-00004	Teams Phone Standard Sub Per User	Mensal	2	7,10 €		- €
76A-00025	Enterprise Cal per Device	Anual	1	179,00 €		- €
Valor Total 1 ano						- €

P/Number	Descrição	BASE	Quantidades	Preço Máximo Unitário	Preço unitário proposto	Preço total
Perfil 1						
9GA-00312	CISStStdCore ALNG SubsVL MVL 2Lic CoreLic	Mensal	336	6,45 €		- €
9GS-00134	CISStDCCore ALNG SubsVL MVL 2Lic CoreLic	Mensal	620	27,10 €		- €
Perfil 2						
7JQ-00663	SQLSvrEntCore ALNG SubsVL MVL 2Lic CoreLic	Mensal	44	414,30 €		- €
7NQ-00476	SQLSvrStdCore ALNG SubsVL MVL 2Lic CoreLic	Mensal	74	108,17 €		- €
Valor Total 1 ano						- €

Declara, ainda, que o preço apresentado **para o período de 1 (um) ano** é de € _____
[quantia por extenso], que não inclui IVA, calculado através do produto entre as quantidades indicadas e os respetivos preços-unitários.

Nota:

- Aos valores com base mensal, corresponde, para cada licença, o pagamento anual de 12 prestações para a determinação do valor anual da proposta.
- Aos valores com base anual corresponde, para cada licença, o pagamento de 1 prestação para a determinação do valor anual da proposta.
- O preço unitário deve ser expresso em euros, com duas casas decimais e sem IVA.

Local e data

Assinatura (nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP)

ANEXO IV

Declaração de compromisso da Microsoft

[a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 6.º]

... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de ... (*firma, número de identificação fiscal e sede*), da Microsoft vem por este meio declarar, sob compromisso de honra, que o Concorrente respeitante ao Concurso Público ... *identificar procedimento*), lançado pelo agrupamento de empresas que integram o **Grupo AdP** e cujo representante é a **AdP SGPS, S.A.**, tem autorização para o fornecimento do licenciamento e produtos anexos Microsoft indicados no caderno de encargos.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

ANEXO V

Modelo de declaração do adjudicatário

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 13.º do Programa do Procedimento)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do procedimento de concurso público internacional para a celebração de contrato de **“SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT E SERVIÇOS DE SUPORTE PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL” (2023_020CP)**, lançado pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em representação do agrupamento de entidades adjudicantes composto por empresas do Grupo Águas de Portugal, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados(3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI

Declaração de Responsabilidade Social

(a que se refere o n.º 9 do artigo 13.º do Programa do Procedimento)

(Empresa), com sede na *(morada)*, contribuinte n.º *(.....)*, representada por *(cargo e nome)*, declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores/as;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores(as), a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores/as.

- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas de Portugal, SA (AdP) e as entidades adjudicantes venham a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informa a AdP e as entidades adjudicantes de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(*Localidade*), (*dia*) de (*mês*) de 20(*ano*)

Assinaturas

ANEXO VII

Minuta de Modelos de Guia de Depósito Bancário/ de Garantia Bancária / de Seguro-Caução

[a que se refere o artigo 14.º]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada],
depositar na _____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco
_____ a quantia de _____ [por algarismos e por extenso] em
dinheiro/em títulos _____ [eliminar o que não interessar], como caução exigida
para “**SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT E SERVIÇOS DE
SUPORTE PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL
(2023_020CP)**”, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da **AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.**
enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público, a quem deve
ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____ [banco], com sede em _____ [morada], com o capital social de _____ [capital social], pessoa coletiva número _____ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], como adjudicatário do procedimento de concurso público com publicidade internacional, destinado à celebração do contrato de **“SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT E SERVIÇOS DE SUPORTE PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL” (2023_020CP)**, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da **AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.**, enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público (adiante designada(o) por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada] presta a favor de [designação da entidade adjudicante], e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento de concurso público com publicidade internacional, destinado à celebração do contrato de **“SUBSCRIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT E SERVIÇOS DE SUPORTE PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL (2023_020CP)”**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a [designação da entidade adjudicante], vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da [designação da entidade adjudicante], sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que **AdP-ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.**, enquanto representante das entidades adjudicantes do referido concurso público assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à [designação da entidade adjudicante], quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]
[Assinatura(s)]